

A. I.O N°	- 000.774.975-9/02
AUTUADO	- PADARIA E MERCEARIA UNIÃO LTDA.
AUTUANTE	- HELENA DOS REIS REGO SANTOS
ORIGEM	- INFAZ SERRINHA
INTERNET	- 17.02.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0024-01/03

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ESTOCAGEM DE MERCADORIAS COM NOTA FISCAL INIDÔNEA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A nota fiscal apresentada pelo autuado tem data de emissão posterior a data de ensacamento da mercadoria (farinha de trigo) encontrada pelo autuante, além de não constar à data de saída, fragilizando o controle de utilização da nota fiscal. Argumentos do autuado insuficientes para elidir a ação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 04.10.2002, refere-se a exigência de R\$ 318,99 de imposto mais multa de 100%, tendo em vista que foi constatada a existência de mercadoria (farinha de trigo) estocada no depósito da empresa acompanhada de nota fiscal inidônea, infringindo o disposto no inciso V do art. 39, Artigos 50 e 56 combinados com o Art. 218, inc. IV e Art. 209 do RICMS/Ba.

O autuado alega em sua defesa que a mercadoria constante do Termo de Apreensão (farinha de trigo) foi adquirida da empresa Fermentrigo Dist. de Alimentos Ltda, NF nº 05369, de emissão de 11/09/ 2002, lançada no livro de entrada em 25/09/2002 e data de validade (ensacamento, segundo o autuante) de 17 e 18.09.2002, apresentando cópia do livro de entrada para demonstrar o respectivo lançamento de entrada da mercadoria .

Entende a autuada que o administrador público não deve agir sob interesse próprio, devendo obedecer ao princípio da legalidade objetiva se restringido a uma atuação imparcial para obtenção da verdade dos fatos, e que a autuada não trouxe nenhum prejuízo para a Secretaria da Fazenda.

Pede, por fim, a improcedência do auto de infração.

Apresenta, ainda, um Acórdão da JJF N° 06920/99, relativo a Crédito Fiscal utilizado indevidamente, falta de apresentação dos documentos fiscais.

A autuante esclarece que a empresa vendedora dispõe de condições técnicas para saber se há ou não mercadorias em estoque, que o RICMS/BA, no seu artigo 417, orienta as empresas com regime normal de arrecadação como proceder caso efetue venda fora do estabelecimento, o que não foi observado quando da emissão da nota fiscal n. 5369, o que caracteriza a venda da mercadorias em condições normais.

A citada nota fiscal foi emitida no dia 11.09.2002 e as mercadorias estocadas no depósito da empresa foi ensacada em 17 e 18.09.2002, ficando comprovada a utilização indevida da citada nota.

VOTO

Da análise dos elementos trazidos no processo foi possível concluir que a mercadoria (farinha de trigo) encontrada no estoque do autuado com data de ensacamento de 17 e 18/09/2002 estava acompanhada, conforme alegação do autuante, de nota fiscal inidônea, tendo em vista que a nota fiscal nº 05369, com emissão de 11.09.2002, apresentada pela autuada sob a alegação de se tratar de engano do seu fornecedor que recebeu o pagamento antecipado da mercadoria, e quando deu saída na mercadoria não tinha farinha de trigo no estoque, vendeu uma outra farinha, pois a justificativa não oferece elementos aceitáveis para comprovar a idoneidade do documento, até porque, a aludida nota fiscal não consta nem mesmo a data de saída das mercadorias, fato que fragiliza os controles de utilização de notas fiscais.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.774.975-9/02**, lavrado contra **PADARIA E MERCEARIA UNIÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 318,99**, acrescido da multa de 100%, prevista no Art. 42, inc. IV, alínea “b” da Lei 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 fevereiro de 2003.

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO-PRESIDENTE EM - EXERCÍCIO

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA